

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

SOFTWARE E MÍDIA: A PROTEÇÃO JURÍDICA DO SOFTWARE E O DIREITO DE ACESSO AO CONHECIMENTO NO MUNDO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Autores:

TALITA DOMINGOS TAVARES (VIII PROVOQUE)

MARCOS VINICIO CHEIN FERES (ORIENTADOR)

Resumo:

Na era da tecnologia da informação, é preciso rever a adequabilidade do sistema jurídico de proteção ao conhecimento quanto aos mecanismos legais de proteção dos softwares, uma vez que eles compõem um ramo estratégico do mercado de novas tecnologias. Cabe, por isso, estruturar o sistema jurídico de forma a garantir uma proteção adequada ao software quer utilizando-se de medidas garantidoras do direito de propriedade intelectual, quer valendo-se de cláusulas contratuais protetoras do segredo industrial e saber-fazer (know-how). A relação entre direito à patente e direito autoral é condição essencial para se entender todo o processo de proteção ao software. O marco teórico desse projeto consiste na teoria Institucional do Direito, à qual autores, como Habermas (1984), Honneth (2003), Dworkin (1986), Taylor (1989), apresentam contribuições relevantes que podem ser incorporadas ao pensamento institucional, possibilitando a reconstrução crítica e reflexiva do direito integrado ao mundo e à sociedade contemporânea. Nesse contexto, cabe indagar qual é o instituto jurídico que confere a melhor proteção para direitos dos programadores e empresas de software, tendo em vista o acesso à informação. Considerando a teoria Institucional do Direito (luta por reconhecimento), informada pela racionalidade comunicativa, pelo Direito como Integridade e pelo estudo moral de Taylor, afirma-se que o processo de criação e aplicação do direito de propriedade intelectual requer um trabalho discursivo de construção interpretativa dos elementos legais que servem de balizas para sua aquisição, utilização e transação, relacionando a natureza e as especificidades do caso concreto com a ideia de coerência e consistência articulada dos princípios da comunidade personificada. Metodologicamente, a pesquisa consiste numa abordagem qualitativa por traços de significação, por meio do procedimento da análise de conteúdo cujas unidades de análise são os textos teóricos sobre direito de propriedade intelectual de softwares e as decisões administrativas. De modo geral, os resultados parciais consistem na possibilidade de se aplicar o processo de interpretação com fundamento na teoria crítica institucional para se reconstruir o sentido da legislação de proteção ao software para se criticar o atual estágio do desenvolvimento de práticas jurídicas

quer muito protecionistas quer muito lenientes, colocando em risco não somente o processo de inovação mas também o direito de acesso a novas tecnologias.